

“A PALAVRA DE QUEM APENAS QUER VER O PAÍS LIVRE DA ESPOLIAÇÃO INTERNACIONAL”: LEONEL BRIZOLA E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (1961-1964)

'The word of who just desires Brasil free of international despoilment': Leonel Brizola and Brazilian foreign policy (1961-1964)

Adriano de Freixo¹

Lorena Delduca Herédias²

¹Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. **E-mail:** adrianofreixo@id.uff.br. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-0361-8565>

²Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. **E-mail:** lorenaheredias@id.uff.br. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-8165-430X>

Recebido em: 25 jan. 2022 | Aceito em: 19 out. 2022.

RESUMO

Neste artigo, procuramos analisar os posicionamentos de Leonel Brizola sobre a política externa brasileira e a política internacional, entre 1961 e 1964, a partir da ideia de “espoliação internacional”, que teve grande centralidade no pensamento do líder trabalhista gaúcho e se refletiu na sua prática política e na sua atuação como governador do Rio Grande do Sul e deputado federal pela Guanabara. Mesmo se alinhando aos princípios gerais da Política Externa Independente dos governos Jânio Quadros e João Goulart, em diversos momentos Brizola assumiria posturas críticas em relação ao que considerava como posições conciliadoras e mesmo lesas-pátrias adotadas pela diplomacia brasileira e pelo próprio João Goulart nas relações com os Estados Unidos, levando, assim, para o debate público as teses e formulações da esquerda nacionalista.

Palavras-chave: Leonel Brizola. Política Externa Independente. Nacionalismo.

ABSTRACT

In this article, we aimed to analyse Leonel Brizola's positions about Brazilian foreign affairs and international politics from 1961 to 1964, from the idea of international despoliation, which has had a great centrality in gaúcho labour leader's thoughts and reflected in his political practice, as well as in his activity as a governor and federal deputy of the Rio Grande do Sul and Guanabara states, respectively. Thus, even aligned with the general ideas of the Independent Foreign Policy of the Jânio Quadros' and João Goulart's administration, at various times Brizola would assume critical postures regarding what he considered to be conciliatory and even treasonous positions adopted by Brazilian diplomacy and João Goulart in relations with United States, taking to public debate the nationalist left-wing's thesis and formulations.

Keywords: Leonel Brizola; Independent Foreign Policy; Nationalism.

1. INTRODUÇÃO

No início da década de 1960, em meio à polarização ideológica da Guerra Fria e em um momento de ampliação da organização de movimentos populares no Brasil, Jânio Quadros foi eleito para a Presidência da República, por uma coligação partidária conservadora que incluía a União Democrática Nacional (UDN), principal força política antigetulista. No entanto, como a legislação da época estabelecia a eleição do vice-presidente desvinculada da eleição do presidente, João “Jango” Goulart, candidato da coligação entre o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pequenos partidos com perfil de centro-esquerda, seria eleito para o cargo, derrotando o udenista Milton Campos. Cabe ressaltar que, ao longo da campanha eleitoral, haviam surgido em todo o país inúmeros comitês de campanha Jan-Jan (Jânio e Jango), com parte do eleitorado e lideranças políticas locais estabelecendo uma aliança informal entre as duas candidaturas que acabariam vitoriosas.

Obtendo uma robusta vitória no pleito presidencial, com mais de 48% dos votos válidos contra cerca de 33% do Gen. Henrique Teixeira Lott (PSD/PTB), e contando com apoio de grandes grupos empresariais nacionais e internacionais (Queler, 2010), além da força política da UDN, Jânio Quadros iniciou o seu governo adotando um conjunto de medidas de austeridade, como a liberação do câmbio e a compressão dos salários e da contenção de crédito como forma de combater a inflação, afetando principalmente as classes trabalhadora e média (Moniz Bandeira, 2001, p.44). No entanto, Quadros também daria início à Política Externa Independente (PEI), que seria, para Moniz Bandeira (2001, p.45), uma forma de ‘adular’ a esquerda, a fim de abrandar os seus ânimos. Porém, essas novas diretrizes para a política externa brasileira também expressavam os interesses de frações das classes dominantes, em um momento em que a deterioração dos termos do comércio exterior brasileiro, devido à queda constante dos preços dos produtos primários, impulsionava a busca por novos mercados, necessidade essa que se articulava também com o processo de desenvolvimento industrial brasileiro (Visentini, 2008). Mas os altos índices de inflação e o aumento do custo de vida, aliados ao desgaste político do presidente com o Congresso Nacional e com antigos aliados, como a própria UDN, acabariam por erodir, em pouco tempo, as suas bases de apoio e o levariam à renúncia em agosto de 1961.

João Goulart, integrante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) desde 1946 e considerado o herdeiro político de Getúlio Vargas, foi empossado na Presidência em 7 de setembro de 1961, em meio a uma crise política deflagrada pela articulação entre setores das Forças Armadas e lideranças civis conservadoras com vistas a impedir a posse de Jango, em uma clara tentativa de ruptura da ordem democrática. O novo presidente assumiu o cargo em um momento de radicalização política crescente e de crise econômica aguda, marcado pelas demandas dos setores nacionalistas e de centro-esquerda que, finalmente, ascendiam ao poder, frente a uma direita desgastada pelos acontecimentos daquele ano. Nesse sentido, o novo governo acenava para sua base com a proposta de realização de reformas estruturais – dentre as quais se destacavam as reformas agrária, fiscal, bancária e administrativa –, bem como as propostas de ampliar o controle sobre o capital externo e de estender o direito de voto aos analfabetos e aos praças das Forças Armadas.

Assim, os três anos anteriores ao Golpe de 1964 caracterizaram-se por intensos conflitos entre forças políticas antagônicas que, guardadas as especificidades nacionais, refletiam no âmbito doméstico as polarizações existentes no plano global. Grosso modo, havia, de um lado, uma posição liberal-conservadora, fortemente anticomunista e comprometida com a preservação do status quo, composta por lideranças políticas civis – articuladas principalmente na UDN e na ala mais conservadora do PSD –, militares de alta patente, empresários e classe média; e, do outro, uma esquerda fragmentada, dividida entre os que acreditavam que as reformas de base deveriam ocorrer de maneira progressiva, dentro dos limites da ordem liberal-democrática, e os que acreditavam que as contradições do capital estavam se acirrando e que, portanto, estavam dadas as condições para uma revolução semelhante à que havia ocorrido em Cuba, em 1959, e assim as reformas deveriam ser realizadas de maneira rápida e imediata.

Logo, estando os processos internos brasileiros intimamente vinculados aos vividos no plano internacional, a política externa seria transformada em objeto de disputas ideológicas (Visentini, 2017, p.17). O Brasil, até fins dos anos de 1950, alinhava-se a uma política externa americanista, mantendo uma posição de afastamento do bloco soviético, o que refletia o perfil anticomunista das elites brasileiras. No entanto, a política externa de Jânio Quadros e de João Goulart, iniciada pelo chanceler Afonso Arinos e aprofundada por seu sucessor San Tiago Dantas, seria um ponto de inflexão (Visentini, 2017, p.15) ao colocar os interesses nacionais brasileiros no centro das tomadas de decisão (Dantas, 2011, p.9).

Nesse contexto de ebulição externa e interna, Leonel Brizola emergiria como uma das principais lideranças petebistas, ao defender um trabalhismo nacional-revolucionário calcado nas teses desenvolvimentistas. Ainda estudante de Engenharia, Brizola participaria da organização do PTB no Rio Grande do Sul, partido pelo qual disputaria sua primeira eleição e se elegeria deputado estadual, em 1947. Em 1954, chegaria à Câmara de Deputados, mas nela permaneceria por pouco tempo, já que um ano depois seria eleito prefeito de Porto Alegre. A sua gestão na capital gaúcha, caracterizada por realizações de forte apelo popular – criação de escolas públicas, obras de saneamento básico, melhoria dos transportes coletivos –, o credenciaria a disputar o governo do estado em 1958, obtendo então mais de 55% dos votos válidos.

Diante do cenário de Guerra Fria, das lutas anti-imperialistas na América Latina e no Terceiro Mundo e das repercussões da Revolução Cubana, Brizola compartilhava do léxico das esquerdas em questões como o anti-imperialismo, a defesa da emancipação nacional e a autodeterminação dos povos. Havia, no entanto, algumas particularidades na forma como abordava esses temas, que o afastavam das teses marxistas-leninistas (Sento-Sé, 2016, pp.10-11), apesar da proximidade discursiva entre as duas perspectivas. O líder trabalhista gaúcho acreditava que o Brasil deveria livrar-se do processo espoliativo ao qual era submetido pelos Estados Unidos, a fim de conseguir avançar as pautas reformistas e de efetivamente conquistar a independência nacional (Ferreira, 2016, pp.29-31). Assim, entre os seus primeiros atos como governador do Rio Grande do Sul estão a encampação de duas subsidiárias de multinacionais estadunidenses, a Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense (American & Foreign Power Co. – AMFORP), em 1959, e a Companhia Telefônica Nacional (International American Telephone & Telegraph – ITT), em 1962. Essas encampações impactaram fortemente as relações entre Brasil e Estados Unidos e influenciaram sobremaneira os eventos que antecederam o Golpe de 1964.

Assim, ao longo deste artigo, procuraremos analisar e discutir as ideias de Leonel Brizola sobre a política externa brasileira e a política internacional, sua posição em relação à Política Externa Independente, em particular no que tange às relações Brasil-EUA entre 1961 e 1964, e as divergências e convergências entre ele, Goulart e os principais formuladores da PEI. Parte-se da premissa de que as teses do trabalhismo nacional-revolucionário, esboçadas durante a administração de Brizola no Rio Grande Sul e impulsionadas a partir da criação da Frente de Mobilização de Popular, em 1963 (Ferreira, 2004), repercutiram fortemente nas relações com a

potência estadunidense e contribuíram para o fracasso das tentativas de adoção de posturas mais conciliadoras por parte do chefe do Executivo e de seus chanceleres.

2. A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

Como assinala Gonçalves (2017, pp.99-100), as propostas gerais que viriam a nortear a Política Externa Independente aparecem, inicialmente, como promessas de campanha de Quadros que, em um primeiro momento, não foram levadas muito a sério pelos setores conservadores que apoiavam o então candidato, pois avaliavam que isso não passava de mera retórica eleitoral. No entanto, essa nova orientação para as relações exteriores do Brasil não só foi implementada, como foi continuada posteriormente por João Goulart. Isso consolidaria entre os conservadores a percepção de que ela seria uma ‘política externa de esquerda’, apesar de Afonso Arinos e San Tiago Dantas afirmarem recorrentemente que a PEI se inseria nas tradições do Itamaraty e que representava uma continuidade da política externa implementada por Juscelino Kubitschek (Gonçalves, 2017, p.100; Dantas, 1961, p.7).

Nesse sentido, a PEI teria sido construída fundamentada na prática diplomática concreta do Ministério das Relações Exteriores (MRE), com os fatos precedendo as ideias, como ressaltou San Tiago Dantas (2011, p.9), e assim o alinhamento do comportamento da instituição às novas diretrizes teria se dado de forma espontânea, estando a defesa dos interesses nacionais brasileiros ‘na origem de cada atitude, na fixação de cada linha de conduta’. Esses interesses estariam articulados em torno de dois eixos centrais: 1- a busca do desenvolvimento e da emancipação econômica; 2- a conciliação histórica entre a democracia representativa e uma reforma social, visando à redução das imensas desigualdades existentes no país (Dantas, 2011, p.9).

A partir dessa perspectiva, a PEI iria se estruturar em torno de cinco elementos: 1) manutenção da paz por meio da coexistência e do apoio ao desarmamento; 2) defesa da não intervenção e da autodeterminação dos povos; 3) ampliação do mercado externo brasileiro, por meio da integração regional latino-americana e do estabelecimento de relações comerciais com todos os países do mundo, inclusive os do bloco socialista; 4) apoio à emancipação dos territórios não autônomos; e 5) busca da cooperação internacional para o desenvolvimento (Dantas, 2011, p.10). Tais princípios iriam se refletir, por exemplo, nas posições assumidas pelo Brasil entre 1961 e 1964 em relação à União Soviética, a Cuba, aos Estados Unidos e ao processo de descolonização afro-asiático, ressaltando uma orientação de política externa de viés autonomista e com um forte componente terceiro-mundista.

Visentini (2017, p.25) afirma que a PEI foi a materialização da ideia – presente desde a década de 1950 – de instrumentalizar a política externa, vinculando-a ao projeto desenvolvimentista brasileiro. Nesse sentido, embora a nova política externa apresentasse elementos de continuidade em relação ao período imediatamente anterior e a projetos como a Operação Pan-Americana, possuía, contudo, uma atuação mais autônoma, mediante principalmente, um maior engajamento diplomático com os atores estatais do emergente

Terceiro Mundo. O nacionalismo foi um dos vetores dessa nova forma de diplomacia, posto que acarretaria maior integração das diversas forças sociais em torno do projeto de industrialização do Brasil, bem como para a resistência às eventuais pressões estadunidenses (Visentini, 2017, pp.24-25). Nessa visada, a PEI [...] constitui um projeto coerente, articulado e sistemático visando transformar a atuação internacional do Brasil' (Visentini 2017, p.25) através de uma postura mais autônoma e protagônica no âmbito das suas relações exteriores.

As posições anticolonialistas assumidas pelo país a partir de então – o que levaria, inclusive, ao abandono da histórica posição brasileira de respaldo ao colonialismo português – inserem-se em uma lógica pragmática, que pouco tinha a ver com questões morais. A questão central vinculava-se aos interesses econômicos e comerciais do país, já que os produtos tropicais produzidos nas colônias africanas concorriam fortemente com os brasileiros, visto que estes últimos não possuíam os mesmos privilégios tarifários – notadamente no recém-criado Mercado Comum Europeu - que os produtos coloniais. Apoiar a descolonização, portanto, significava defender a inserção desses novos atores estatais, surgidos com a descolonização, na dinâmica do mercado internacional, o que abriria, também, possibilidades para as exportações da indústria brasileira em expansão.

A diplomacia brasileira assumiu ainda uma posição contrária ao isolamento de Cuba, sugerindo, em negociações na Organização dos Estados Americanos (OEA), que fosse respeitada a autodeterminação do povo cubano e que se garantissem a coexistência e a permanência do país caribenho na Organização. Para isso, o Brasil propõe o desarmamento cubano somente a níveis de proteção da soberania, evitando, assim, o alinhamento total do país à URSS, mas garantindo que a revolução finalizasse seu ciclo interno, sem intervenções estrangeiras. Portanto, a visão brasileira era de que as transformações políticas deveriam ser incorporadas pelo próprio povo a partir do seu amadurecimento natural e não por meio de imposições externas de valores artificiais (Dantas, 2011, pp.13-14).

O novo comportamento do Itamaraty contrariava os interesses dos Estados Unidos, não só devido ao posicionamento brasileiro em relação à Cuba – que se expressaria na atuação de San Tiago Dantas durante o processo de expulsão do país caribenho da OEA – mas também pelas posições firmes do Brasil em defesa do desarmamento e de crítica à política nuclear da potência do norte (Visentini, 2017, p.21). Nesse contexto, as encampações de empresas estadunidenses e a nacionalização das concessões de serviços públicos efetuadas por Brizola, no Rio Grande do Sul, também impactaram fortemente as relações Brasil-EUA e se desdobraram numa das primeiras grandes crises do governo Goulart após o fim da curta experiência parlamentarista (setembro de 1961 a janeiro de 1963). Em maio de 1963, Leonel Brizola – já tendo deixado o governo gaúcho e assumido uma cadeira na Câmara Federal pelo estado da Guanabara – denuncia o acordo que o Executivo estava tentando construir com as controladoras das empresas encampadas, na tentativa de distensionar as relações com os EUA, e acirra suas críticas à postura conciliadora do presidente da República e de San Tiago Dantas, que naquele momento ocupava a pasta da Fazenda (Moniz Bandeira, 2001).

Logo, em meio à crescente radicalização política, o governo João Goulart encontraria enormes dificuldades para continuar mantendo a PEI, tanto por problemas no plano externo – a forte reação estadunidense – quanto no doméstico, já que a nova postura da política externa brasileira também sofreria forte oposição dos setores conservadores, por representar um deslocamento do tradicional lócus do Brasil de reprodutor da dinâmica internacional para uma conduta inovadora de independência e iniciativa (Visentini, 2017, p.28). Em vista disso, Visentini (2017, p.28) associa o fracasso da PEI à crise do populismo, que culminaria na derrubada de Goulart em 1964, ressaltando, porém, que esse fracasso foi relativo, já que vários de seus postulados seriam retomados anos depois pelos próprios governos militares, com o Pragmatismo Responsável, de Ernesto Geisel. Nesse sentido, a PEI inauguraria um novo paradigma de política externa de viés autonomista, desenvolvimentista e universalista.

3. LEONEL BRIZOLA E AS RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS (1961-1964)

Leonel Brizola, ao analisar os problemas brasileiros, compartilhava da visão dualista (Ferreira, 2016, p.30) presente nos economistas cepalinos e em marxistas como Ignácio Rangel. Essa visão era pautada na compreensão de que a história brasileira seria peculiar por não ter tido as suas relações e forças de produção desenvolvidas internamente, mas sim a partir da evolução dessas no plano externo, sendo caracterizada, desse modo, por um grande ‘atraso’ em relação ao centro (Bresser-Pereira, 2004, p.56). Nessa perspectiva, no cerne do pensamento brizolista, estava o que ele chamava de processo espoliativo – qual seja, a exploração do povo pelo capital estadunidense e pelas elites brasileiras a ele articuladas –, que seria o responsável por obstaculizar o desenvolvimento econômico e impedir a libertação nacional.

Assim, para que o Brasil se desenvolvesse, era fundamental a revisão das suas relações com os Estados Unidos (principal agente espoliador) – e não o rompimento –, dado que os países que estão sob a influência estadunidense configuram a sua realidade estrutural de acordo com tais relações (Brizola, 2004b, p.535). No entanto, não é nessa relação per si que está o mal, ‘o mal está, sobretudo, nas implicações, [...] nos efeitos, nos resultados internos desse intercâmbio, que paralisa o País por reter o Brasil numa cadeia de dependência que, além de econômica, é psicológica; além de psicológica, é política’ (Brizola, 2004b, p.498). A superação dessa dependência passava necessariamente pela autodeterminação nacional, tanto no plano externo quanto no doméstico, vinculando-se este último à ideia de que nações autodeterminadas também são aquelas que ‘através de meios ao seu alcance são capazes de executar, realizar as reformas estruturais consideradas necessárias à sua prosperidade social e econômica’ (Brizola, 2004b, p.499). É nesse sentido que Brizola, em uma conferência de 1961, elogiaria a política externa que estava começando a ser implementada por Jânio Quadros e Afonso Arinos, afirmando que ela ‘só não tem os aplausos, a solidariedade e o apoio dos que desejam ver nesse país apenas o círculo estreito de seus próprios interesses’ (Brizola, 2004b, p.499).

Portanto, o então governador do Rio Grande do Sul entendia que a superação da dependência passava necessariamente pela implementação de reformas, como agrária, tributária

e educacional, que, caso não fossem executadas pelo governo, teriam que ser feitas pela via revolucionária. Diante de tal quadro, se o governo estadunidense quisesse realmente colaborar com o Brasil, deveria, primeiramente, deixar de sustentar a ação dos grupos privados, dos trustes e dos monopólios do seu país, eliminando sua ingerência nas questões internas brasileiras, e permitir que as reformas necessárias fossem executadas. Na perspectiva de Brizola, caso não tomassem essas medidas em relação à América Latina e, em especial, ao Brasil, os Estados Unidos poderiam

[R]ealizar quantos ‘programas de alimentos para a paz’ quiserem; podem fazer quantas vezes quiserem consolidações de dívidas; podem nos continuar vendendo equipamentos financiados; podem nos propor quantas ‘alianças para o progresso’ desejarem; podem nos fazer empréstimos e financiamentos e investimentos da maneira que quiserem, – o máximo que conseguirão fazer aqui no Brasil é enriquecer grupos, ou, ainda, fazer mais alguns milionários enquanto vai inquietantemente aumentando a pobreza do povo brasileiro. (Brizola, 2004b, p.501).

Brizola defendia o Estado democrático como o provedor, por natureza, da justiça social (Vianna, 2004, p.222) e, dessa forma, via o enfraquecimento do Estado como uma forma de submissão às leis do mercado, o que acarretaria maior concentração de renda e aprofundamento do subdesenvolvimento. É a partir dessa lógica que deve ser compreendida a encampação da AMFORP, que, segundo Brizola (2004e), não estava reinvestindo o suficiente para atender as necessidades energéticas da população, mesmo já tendo obtido enormes lucros no Rio Grande do Sul.

Porém, seria a desapropriação dos bens e serviços da ITT que impactaria decisivamente as relações entre Brasil e EUA, posto que intensificou sobremaneira a crise entre os dois países e fundamentou a aprovação da Emenda Hickenlooper.³ O Departamento de Estado criticou duramente as ações de Brizola, afirmando que essas encampações eram um retrocesso para a Aliança para o Progresso, ao mesmo tempo que a imprensa estadunidense iniciava uma forte campanha contra o Brasil (Moniz Bandeira, 2001, p.71). João Goulart, em 1962, viaja para os EUA e reúne-se com John Kennedy para discutir essas questões e, ao retornar, tenta solucioná-las alicerçado no que havia sido acordado com o presidente estadunidense. Simultaneamente, fazia acenos à sua base nacionalista implementando a Eletrobrás e sancionando a criação do Conselho Nacional de Telecomunicações e da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Brizola, no entanto, criticou a tentativa de Dantas e de Goulart de negociar com o governo dos EUA, defendendo a ideia de que o Brasil não tinha condições de dialogar com os estadunidenses sem a revogação do Foreign Aid Act (O fracasso..., 2004, p.299). O governo, por sua vez, deu continuidade ao processo de ‘compra’ da AMFORP e da ITT, o que levaria Brizola, em pronunciamentos no rádio e na televisão, a acusar Jango e Dantas de lesas-pátrias. Em discurso na Câmara dos Deputados, em maio de 1963, declarou que, como governador do Rio Grande do Sul, agiu dentro da legalidade e que tentou negociar com as subsidiárias, encampando-as somente

³ Emenda ao Foreign Aid Act, em seu artigo 6º, que suspendia toda ajuda a países que desapropriassem bens estadunidenses sem uma ‘indenização imediata, adequada e efetiva’ (Moniz Bandeira, 2001, p.71).

após perceber que não haveria diálogo (Brizola, 2004a, pp.585-586). Portanto, a forma como o governo tentava resolver as tensões com os EUA não seria uma nacionalização de fato, mas sim uma transação de compra e venda e de submissão à espoliação internacional:

A verdadeira, a autêntica nacionalização dessas empresas somente se pode fazer através da encampação, da retomada dos serviços e da desapropriação dos bens das concessionárias. É o que prescreve e o que determina a legislação brasileira. Nem o que o Governador do Estado da Guanabara quis fazer, nem o que está pretendendo, ou fazendo, o Governo Federal, configuram uma encampação. É falsa nacionalização. Nacionalizar empresas estrangeiras concessionárias de serviço público somente é possível através de ato encampatório, retomando os serviços e expropriando os bens da concessionária, repito. (Brizola, 2004a, p.584).

Nessa mesma linha, Brizola (2004e, p.518) afirmava que a causa principal das tensões entre Estados Unidos e Cuba era a luta dos cubanos contra a espoliação à qual eram submetidos, argumentando que Fulgêncio Batista teria causado muito mais mortes e maior repressão em seu país do que Fidel Castro e indagando sobre o porquê de tamanha comoção mundial após a ascensão deste último. Em sua avaliação, isso se dava porque Batista teria sido conivente com a espoliação estadunidense, ao passo que Castro teria se virado contra a escravização dos seus concidadãos pelo império vizinho (Brizola, 2004e, p.519). Assim, quando esteve na Conferência da OEA, em Punta del Este, em 1961, Brizola apoiou a posição anti-imperialista de Ernesto Che Guevara e voltou antes do fim da Conferência, dadas as divergências que teve com a delegação brasileira, que, segundo ele, teria sido conivente com os Estados Unidos. Na Conferência, vinte países votaram a favor da Aliança para o Progresso, enquanto Cuba foi o único país a votar contra (Brizola, 2004d, p.67).

Percebe-se, diante dessas colocações, a centralidade da ideia de ‘espoliação internacional’ no pensamento de Leonel Brizola. Para ele, essa espoliação, travestida como investimentos e inversões de capital, obedecia a uma estratégia de lucro de exportação, visto que tais investimentos exigiam uma contrapartida implícita de concessões a monopólios e oligopólios, visando à remessa de lucros para o exterior à custa da mão de obra local. Assim, o capital estrangeiro não seria um instrumento de desenvolvimento econômico para os países subdesenvolvidos, mas um instrumento de acumulação de capitais nas economias já desenvolvidas (Brizola, 2004c, p.538). Como destacaria em seu discurso no Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, ao exigir de Jango uma postura menos conciliadora e mais combativa, aquela era ‘a palavra de quem apenas quer ver o país livre da espoliação internacional como está escrito na Carta Testamento de Getúlio Vargas’ (Paulo, 2017, p.383).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os anos de crise que antecederam o golpe de 1964, Brizola emergiria como principal liderança da esquerda trabalhista, cada vez mais identificada com as teses nacional-revolucionárias, que passaria a exercer forte pressão sobre o governo João Goulart, especialmente após a criação da Frente de Mobilização Popular, em 1962. Com posturas contundentes e firmes,

grande carisma pessoal e um forte apelo popular e nacionalista, o líder gaúcho foi um ator político de grande relevância no período e contribuiu sobremaneira para o acirramento das tensões entre Brasília e Washington, estando ‘envolvido, como figura central, em praticamente todos os lances e crises que tiveram lugar durante o governo Goulart’ (Ferreira, 2008, p.42).

Identificando-se com os princípios gerais da Política Externa Independente e defendendo-a desde o início de sua implementação, Brizola não hesitaria, porém, em criticar o que considerava como oscilações e contradições da diplomacia brasileira, bem como a postura conciliadora de Jango, especialmente no que dizia respeito às relações com os EUA. Assumindo um discurso anti-imperialista, terceiro-mundista e simpático à revolução cubana – que via como uma reação legítima ao imperialismo estadunidense, inserindo-a mais na tradição do nacionalismo latino-americano que havia ganhado força a partir da década de 1930 do que nas disputas geopolíticas globais entre as duas superpotências –, ele teria na crítica à espolição internacional, apontada como causa primeira do subdesenvolvimento, o elemento central de seu discurso sobre política externa.

Compartilhando da visão dos formuladores da PEI sobre cooperação internacional, Brizola defendia que acordos de cooperação somente poderiam ser aceitos se não exigissem contrapartidas que levassem à submissão por parte do Brasil ou não fossem impostos de forma unilateral. Assim, ele se tornaria um crítico feroz de iniciativas como a Aliança para o Progresso, por entender que eram usadas como mecanismos para manutenção do alinhamento do Brasil ao bloco ocidental, limitando as possibilidades de inserção internacional autônoma do país. Esses tratados de cooperação serviriam, desse modo, tão somente para explorar ainda mais o povo brasileiro, enriquecer os grupos dominantes associados ao capital internacional e manter o Brasil em posição periférica, sob a hegemonia política e econômica dos EUA.

Nesse sentido, para Brizola, a realização das reformas de base no plano doméstico deveria caminhar *pari passu* com a luta contra a espolição internacional, em uma perspectiva nacionalista e anti-imperialista, e com a execução de uma política externa de viés autonomista, calcada nos interesses nacionais brasileiros e fortemente atrelada à busca do desenvolvimento econômico e à consequente superação do subdesenvolvimento. É a defesa intransigente dessas posições que o colocaria em rota de colisão com João Goulart, seu companheiro de partido e contraparente, pois considerava a conciliação com as elites - de que acusava Jango - e a tentativa de resolução dos contenciosos com os EUA nos termos propostos pelo presidente Kennedy como freios de contenção das necessárias reformas estruturais e da luta pela soberania nacional.

O avanço visível da conspiração conservadora contra Jango, já nos últimos meses de 1963; o esgarçamento da frágil coalizão PSD-PTB; e a conquista da hegemonia pelos setores mais radicais no interior da agremiação petebista, isolando a ala moderada, acirrariam ainda mais a crise política e empurrariam Jango para a esquerda, em uma ofensiva política para garantir a sua permanência na Presidência e para ‘consolidar a formação e unidade de uma frente de apoio às reformas de base’ (Ferreira, 2008, p.39). Nesse momento, Jango e Brizola voltariam a caminhar juntos. No

entanto, a violenta reação da direita viria no final de março de 1964 através do golpe civil-militar que deporia o presidente e o levaria o ex-presidente, junto com a maior parte das lideranças do PTB, ao exílio. Jango morreria na Argentina, em 1976, sem ter podido voltar ao país. Brizola retornaria em 1979, após a promulgação da Lei de Anistia, e continuaria sua trajetória política e sua cruzada contra as ‘perdas internacionais’, um dos principais motes da sua campanha para a Presidência da República, em 1989, quando ficaria em terceiro lugar, obtendo cerca de 16,5% dos votos válidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bresser-Pereira, L. C. (2004). ‘O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido’, *Dados*, 47(1), pp.49-84.

Brizola, L. I. de. M. (2004a). ‘Discurso em maio de 1963’. [Discurso proferido pelo Deputado Leonel Brizola na Câmara dos Deputados em 30 de maio de 1963]. In K. BRAGA, J. B. SOUZA, C. DIONI E E. BONES (coords.), *Leonel Brizola: perfil, discursos, depoimentos (1922-2004)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, pp.584-601.

Brizola, L. I. de. M. (2004b). ‘O Brasil, a América Latina, os Estados Unidos e o “caso cubano”’. [Conferência em 1961 na Sede da UNE]. In K. BRAGA, J. B. SOUZA, C. DIONI E E. BONES (coords.), *Leonel Brizola: perfil, discursos, depoimentos (1922-2004)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, pp.490-502.

Brizola, L. I. M. (2004c). ‘Palavras à mocidade do meu país’. [Conferência em São Paulo, em 1961]. In K. BRAGA, J. B. SOUZA, C. DIONI E E. BONES (coords.), *Leonel Brizola: perfil, discursos, depoimentos (1922-2004)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, pp.523-543.

Brizola, L. I. de. M. (2004d). ‘Renúncia do presidente’. In K. BRAGA, J. B. SOUZA, C. DIONI E E. BONES (coords.), *Leonel Brizola: perfil, discursos, depoimentos (1922-2004)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, pp.65-68.

Brizola, L. I. de. M. (2004e). ‘Subdesenvolvimento e processo espoliativo – atraso, pobreza, marginalismo’. [Conferência proferida no auditório do Colégio Júlio de Castillos, Porto Alegre, em 20 de outubro de 1961]. In K. BRAGA, J. B. SOUZA, C. DIONI E E. BONES (coords.), *Leonel Brizola: perfil, discursos, depoimentos (1922-2004)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, pp.510-522.

Dantas, S. T. (1961). ‘Discurso proferido na sessão de 24 de agosto de 1961’, DCD, [s. l.], 25 agosto, pp. 6133-6138. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/190-anos-do-parlamento-brasileiro/san-tiago-dantas_240861 [Acesso em: 28 maio 2020].

Dantas, S. T. (2011). *Política Externa Independente*. ed. atual. Brasília: Funag.

Ferreira, J. (2004). 'A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular', *Revista Brasileira de História*, 24(47), pp.181-212.

Ferreira, J. (2016). 'Nacionalismo, democracia e reformas: as ideias políticas de Leonel Brizola (1961-1964)'. In A. FREIRE E J. FERREIRA (orgs.), *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp.23-52.

Ferreira, M. M. (2008). 'Do Rio Grande do Sul à Guanabara'. In M. M. FERREIRA (org.), *A Força do Povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ALERJ/CPDOC-FGV, pp.15-42.

Gonçalves, W. (2017). 'Política Externa Independente: da gênese à prática'. In A. DE FREIXO E T. M. DE S. RODRIGUES (orgs.), *San Tiago Dantas e a Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Editora Luzes, pp.15-29.

Moniz Bandeira, L. A. (2001). *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnB.

'O fracasso do estado de sítio'. (2004). [Entrevista de Leonel Brizola a Carlos Castelo Branco, em 1963]. In K. BRAGA, J. B. SOUZA, C. DIONI E E. BONES (coords.), *Leonel Brizola: perfil, discursos, depoimentos (1922-2004)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, pp.297-300.

Paulo, D. M. D. (2017). 'Leonel Brizola e a defesa da democracia: um estudo de O Panfleto (1963-1964)', *Rebela*, 7(2), pp.374-387.

Queler, J. J. (2010). 'Quando o eleitor faz a propaganda política: o engajamento popular na campanha eleitoral de Jânio Quadros (1959-1960)', *Tempo*, 14(28), pp.59-84.

Sento-Sé, J. T. (2016). 'Brizola e a história por um fio'. In A. FREIRE E J. FERREIRA (orgs.), *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp.7-15.

Visentini, P. F. (2008). 'A Política Externa Independente (1961-1964): História e Diplomacia'. In A. C. FRANCO (org.), *Documentos da Política Externa Independente – Vol. 2*. Brasília: Funag, pp. 17-31.

Visentini, P. F. (2017). 'A Política Externa Independente do Brasil (1961-64): paradigma de uma diplomacia autonomista e desenvolvimentista'. In A. DE FREIXO E T. M. DE S. RODRIGUES (orgs.), *San Tiago Dantas e a Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Editora Luzes, pp.15-29.

Vianna, C. (2004). 'Legado de Leonel Brizola'. In K. BRAGA, J. B. SOUZA, C. DIONI E E. BONES (coords.), *Leonel Brizola: perfil, discursos, depoimentos (1922-2004)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, pp.221-222.